

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7

SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2000**

Cooperação Técnica

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – Projeto/BRA/93/044
Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ – GmbH
Agência Brasileira de Cooperação - ABC

Cooperação Financeira

República Federal da Alemanha – Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW
Agence Française de Développement - AFG
Banco Mundial - Rain Forest Trust Fund – RFT
União Européia
Banco do Brasil

Parceiros na Sociedade Civil

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
Rede Mata Atlântica – RMA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. A SITUAÇÃO DA DEMANDA

- 1.1. O Ano de 2000
- 1.2. Situação Global

2. O MONITORAMENTO DOS SUBPROJETOS

- 2.1. Os Principais Resultados das Monitorias Realizadas

3. BALANÇO FINANCEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PDA

- 3.1. Demonstrativo dos Recursos Financeiros Programados e Aplicados no Exercício de 2000
- 3.2. Descrição das Atividades Implementadas por Resultado

4. SITUAÇÃO DO PROJETO PNUD BRA/93/044

5. AS REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA

6. AS REUNIÕES DE PLANEJAMENTO

7. DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE RESULTADOS

- 7.1. Participação em Eventos
- 7.2. Promoção de Eventos
- 7.3. Publicações

8. O COMPONENTE PROJETOS DEMONSTRATIVOS DOS POVOS INDÍGENAS

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

INTRODUÇÃO

O presente Relatório reporta às atividades realizadas pelo Subprograma Projetos Demonstrativos no ano de 2000, acrescido de uma breve análise do desempenho do Subprograma nestes últimos doze meses. Ele pretende informar aos parceiros do PDA acerca da implementação do Subprograma e, principalmente, das interpretações necessárias ao entendimento do seu desempenho e dos rumos que ele vai tomando.

Com um conjunto de 173 projetos aprovados que somam um investimento direto de aproximadamente R\$ 32 milhões¹, o PDA termina o sexto ano de implementação com um leque de experiências no mínimo interessantes no campo da proteção, da recuperação e do manejo sustentável das áreas de florestas.

No conjunto, como veremos na seqüência deste relato, o que predominou efetivamente foi a recuperação ambiental e a implantação de sistemas agroflorestais envolvendo organizações de pequenos produtores (familiares) rurais e ONGs ambientalistas, tanto na Amazônia Legal quanto na Mata Atlântica.

Além disto, o PDA influenciou políticas públicas locais e estaduais, o formato de outros mecanismos de fomento ao desenvolvimento sustentável no PPG7 e fora dele, e o estabelecimento de redes de parcerias locais e regionais. Também contribui para demonstrar a viabilidade e as condições necessárias para uma boa parceria envolvendo a cooperação internacional bi e multilateral.

Este Relatório inclui também um balanço das atividades desenvolvidas no âmbito do PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas, que termina o ano de 2000 debatendo seus critérios, procedimentos e instrumentos com as associações indígenas da Amazônia Legal e com demais parceiros envolvidos. Mais do que visibilidade, o que se pretende garantir é a transparência e a participação necessária para um mecanismo com esta natureza. O início do recebimento de propostas de projeto para o PDPI está previsto ocorrer no segundo semestre de 2001.

A Secretária Técnica do PDA

¹ 1 Dólar = 1,8 Real.

1. A SITUAÇÃO DA DEMANDA

1.1. O ANO DE 2000

A Secretaria Técnica do PDA recebeu de março de 1995 até o final de dezembro de 2000 um total de um mil e vinte e três propostas de pedido de apoio a projetos. Deste total, algo como 30% retornou à ST para uma nova avaliação.

Em 2000 chegaram cento e vinte e três novas propostas, o equivalente a 12% da demanda total.

Ao longo do ano de 2000 foram aprovados trinta e cinco projetos, sendo oito na região de domínio da Mata Atlântica e ecossistemas associados e vinte e sete na Amazônia Legal². Em termos financeiros, o ano de 2000 significou a aprovação de um montante total de doação no valor de US\$ 4.018.792 (aproximadamente sete milhões e duzentos e trinta e três mil reais), sendo US\$ 975.557 para a Mata Atlântica e US\$ 3.043.235 para a Amazônia Legal. Segue abaixo a distribuição dos recursos por estado:

PROPOSTAS DE SUBPROJETO APROVADAS EM 2000

Estado	Quantidade	No. dos Projetos Aprovados	US\$ PDA
AC	3	364, 718 e 978	407.407
AM	2	519 e 757	355.373
BA	1	887	209.856
ES	1	960	193.613
MA	4	355, 576, 648 e 691	495.377
MG	3	630, 813 e 964	358.159
MT	1	672	159.538
PA	11	565, 636, 676, 701, 704, 730, 767, 774, 856, 883 e 574	997.830
RO	3	409, 682 e 695	287.254
RS	1	788	174.045
SP	2	656 e 742	39.884
TO	3	731, 928 e 940	340.456
TOTAL	35		4.018.792

Na linha de "pequenos projetos" foram aprovados dez propostas, totalizando 34% do total de projetos aprovados ao longo do ano.³

Na linha "normal", ou seja, na linha que atende aos projetos que demandam do PDA mais do que US\$ 20 mil, foram aprovadas vinte e cinco propostas. Deste total, sete foram aprovadas na reunião da Comissão Executiva de fevereiro e onze na reunião de julho. As demais foram "aprovados sob condições", e posteriormente "aprovados" pela ST mediante o cumprimento das exigências e ajustes solicitados.

² Ver lista em anexo.

³ Os "pequenos projetos" são aqueles que solicitaram do PDA não mais do que US\$ 20 mil.

O recursos financeiro repassado às entidades executoras dos subprojetos PDA ao longo de 2000, recurso este destinado a execução das atividades previstas para o ano de 2000, foi de aproximadamente dois milhões e trezentos e setenta e um mil reais (R\$ 2,371 milhões).

Dos trinta e cinco projetos aprovados ao longo do ano observa-se ainda que cinco envolvem populações indígenas (n. 519, 691, 718, 742, 757); e oito são "refinanciamento", isto é, oito entidades tiveram seu projeto de continuidade (segunda fase) aprovado pela Comissão Executiva em 2000 (n. 672, 682, 691, 695, 718, 887, 940, 960).

Em termos temáticos, houve a predominância de projetos destinados, prioritariamente, a implantação de sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental, tanto na Amazônia Legal (13 de 27) quanto na região de domínio da Mata Atlântica e ecossistemas associados (6 de 8). Em termos percentuais, isto significa que 54% dos aprovados em 2000 enquadram-se nesta área temática.

Os trinta e cinco projetos aprovados em 2000 estão assim distribuídos:

- Sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental: dezenove (19);
- Sistemas de manejo florestal: sete (7);
- Sistemas de manejo de recursos aquáticos: sete (7);
- Sistemas de preservação ambiental: dois (2).

Isto chama a atenção, mais uma vez, para a importância que a temática agroflorestal e agroextrativista vem tendo principalmente entre pequenos produtores rurais e populações tradicionais. Estas são indiscutivelmente as grandes demandas tanto em termos de recursos financeiros quanto de recursos humanos qualificados. A articulação entre produtores e instituições de pesquisa e assistência técnica, a formação de pessoal qualificado nos níveis médio e superior e a implementação de políticas públicas que garantam o suporte técnico e financeiro necessário para a produção e comercialização da produção daí advinda é crescente.

Buscando suprir algumas deficiências técnicas identificadas nos projetos, ou ainda potencializar capacidades locais, a ST do PDA tem desenvolvido nos últimos anos uma série de atividades de disseminação de conhecimentos. Além de boletins informativos, a ST vem promovendo reuniões de avaliação envolvendo projetos de uma mesma área temática ou de diferentes áreas; viabilizando visitas e intercâmbios entre técnicos e agricultores de projetos similares ("aprender vendo/ aprender fazendo"); viabilizando que técnicos e agricultores participem de seminários e congressos relacionados com os objetivos de seus projetos, etc.

1.2. SITUAÇÃO GLOBAL

Nos cento e setenta e três projetos aprovados até dezembro de 2000, os estados do Pará, Acre e Maranhão concentram um percentual de 48,55%, sendo seguidos pelos estados de Amazonas (15),

Rondônia (13), São Paulo (9) e Minas Gerais, Tocantins e Mato Grosso (7).⁴

O volume total do recurso financeiro doado aos subprojetos é da ordem de **US\$ 21.114.860**. Aos 135 projetos aprovados na Amazônia Legal foi comprometido um montante total de US\$ 15.557.595. Na Mata Atlântica e ecossistemas associados, com 38 subprojetos aprovados, o valor comprometido é de US\$ 5.557.265.

A contrapartida dos executores soma US\$ 11.032.740. Nesta contrapartida estão incluídos recursos humanos, equipamentos, serviços, gastos financeiros realizados ao longo da execução do projeto, etc.

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2000: NÚMEROS E VALORES POR ESTADO.

Estado	Aprovados	PDA	Contrapartida	Total
AC	22	2.833.485	1.270.266	4.103.751
AM	15	1.388.273	680.196	2.068.469
AP	06	911.417	763.090	1.674.507
MA	20	1.839.241	758.918	2.597.659
MT	07	633.551	371.443	1.004.994
PA	42	4.709.101	2.361.253	7.070.355
RO	13	2.029.529	996.950	3.026.479
RR	03	503.024	261.413	764.437
TO	07	709.974	416.305	1.126.279
Total	135	15.557.595	7.879.834	23.437.429
BA	05	990.082	463.126	1.453.209
ES	03	584.546	342.228	926.775
MG	07	886.671	691.638	1.578.309
PE	03	362.557	300.113	662.670
PR	03	566.742	270.142	836.884
RJ	02	352.307	161.162	513.470
RS	02	301.783	116.015	417.798
SC	04	514.985	218.027	733.022
SP	09	997.589	590.452	1.588.041
Total	38	5.557.265	3.152.906	8.710.171
TOTAL	173	21.114.860	11.032.740	32.147.600

Fonte: Banco de Dados/PDA, em 07/02/2001.

Dos 173 projetos aprovados até término do ano de 2000, oitenta e sete foram concluídos e quatorze receberam "refinanciamento". Os projetos que receberam um segundo aporte de recursos financeiros do PDA são implementados pelas seguintes entidades:

- Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA (RO)
- Comissão Pró-Índio do Acre (AC)
- Associação de Pequenos Produtores "Nossa Senhora de Fátima" (AC)
- Associação das Comunidades Indígenas Gavião do Maranhão (MA)
- Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (MT)

⁴ Até dezembro de 2000 houve 175 aprovações, mas em dois casos a entidade não teve condições legais de assinar o contrato.

- Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas de Nova Ipixuna (PA)
- Associação dos Produtores Rurais Rolimourense para Ajuda Mútua (RO)
- Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda (TO)
- Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (TO)
- Grupo Ambientalista da Bahia (BA)
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (BA)
- Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (ES)
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (MG)
- Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Rio Itajaí (SC)

Como poderá ser verificado na tabela abaixo, os 173 projetos são executados por 163 entidades. Isto se deve ao fato de que algumas entidades obtiveram uma segunda doação para a implementação de seu projeto (“refinanciamento”) ou, como em dois casos, são proponentes em mais de um projeto.

A tabela abaixo também informa que 70% das entidades beneficiadas são organizações de base, isto é, associações, sindicatos e cooperativas de pequenos agricultores ou seringueiros, ou organizações indígenas e de remanescentes de quilombo. A tabela também permite verificar que, ao contrário da Amazônia Legal, na Mata Atlântica predominam como proponentes e executoras de projetos as entidades ambientalistas ou de assessoria. Esta diferença provavelmente se deve a origem e a história de formação das duas Redes de ONGs que atuam nas respectivas regiões em parceria com a ST do PDA.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS POR TIPO DE INSTITUIÇÃO

Estado	Total	ONG	Assoc	Coop	STR	Ent Ind	ONG-i	Assoc Quil	Prefeitura
AC	20	3	13	1	1	1	1		
AM	15	2	6		1	4	2		
AP	06		2	2	1	1			
MA	19	1	3	11	2	1	1		
MT	06	1	4				1		
PA	41	11	21	2	5		1	1	
RO	15	2	6	2	5				
RR	03		1	1	1				
TO	05		4						1
Total	130	20	60	19	16	7	6	1	1
BA	03	3							
ES	02	2							
MG	06	5			1				
PE	03	2				1			
PR	03	2					1		
RJ	02	2							
RS	02	1							1
SC	03	3							
SP	09	7				2			
Total	33	27	0	0	1	3	1	0	1
TOTAL	163	47	60	19	17	10	7	1	2

Símbolos: ONG (organização não-governamental sem fins lucrativos); Assoc (associação de agricultores familiares e seringueiros); Coop (cooperativas); STR (sindicato de trabalhadores rurais); Ent Ind (entidade indígena); ONG-i (organização não-governamental indigenista); Assoc Quil (associação de quilombolas); Prefeitura.

O quadro abaixo evidencia que, dos 173 projetos aprovados, em sua maioria localizados em áreas onde a floresta já sofreu ação antrópica, 59% estão incluídos na área temática de sistemas agroflorestais. Se considerarmos que em vários subprojetos classificados nas outras três áreas temáticas de atuação do PDA desenvolvem, complementarmente, atividades agroflorestais, pode-se dizer que o Subprograma é hoje um dos grandes incentivadores e experimentadores da agroflorestação comunitária como meio de recuperação ambiental de áreas desflorestadas e degradadas e geração de renda.

Ao lado disto, o conjunto destes projetos representam uma base significativa de experiências práticas aptas para estudo, acompanhamento, monitoramento de resultados e aproveitamento de lições estratégicas, tanto para o futuro do PDA como para outros componentes do PPG7 e fora dele. Cabe destacar que praticamente 30% dos experimentos apoiados pelo PDA estão localizados na área do Arco do Desmatamento.

Outra área temática com forte presença no PDA é a de “manejo de recursos florestais”, envolvendo frutas, fibras, óleos, mel, seringa, sementes, madeira, plantas medicinais, etc. Esta área temática está presente como prioritária em 40 projetos, totalizando 29% do número total de aprovados. Uma maior articulação com o PROMANEJO, o Projeto Reservas Extrativistas (Resex) e a Coordenação de Agroextrativismo da SCA será implementada pelo PDA ao longo do ano de 2001, o que certamente propiciará benefícios para ambos e, principalmente, para as populações locais que desenvolvem ações desta natureza.

DISTRIBUIÇÃO DOS SUBPROJETOS POR ÁREA TEMÁTICA E ESTADO

UF	SAFs e Recuperação de Áreas Degradadas	Sistemas de Manejo Florestal	Sistemas de Manejo dos Recursos Aquáticos	Sistemas de Preservação Ambiental	Total
AC	7	11	4		22
AM	3	6		6	15
AP	2	3	1		6
MA	5	15			20
MT	7				7
PA	24	6	12		42
RO	9	2	1	1	13
RR	2		1		3
TO	4	3			7
Total	63	46	19	7	135
BA	5				
ES	2			1	3
MG	6			1	7
PE	3				3
PR	2	1			3
RJ	2				2
RS	2				2
SC	2	2			4
SP	6	1	2		9
Total	30	4	2	2	38
TOTAL	93	50	21	9	173

Em termos financeiros, 59,61% do recurso aprovado beneficia projetos que tem a implantação de sistemas agroflorestais e a recuperação de áreas desflorestadas como prioridade. Isto ocorre tanto na Amazônia quanto na Mata Atlântica, sendo que nesta última esta área temática absorve nada menos que 82% do recurso destinado para a região. Em segundo lugar vem o manejo de recursos florestais, que em termos percentuais absorve pouco mais do que 26% do recurso aplicado.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS FINANCEIROS POR ÁREA TEMÁTICA

UF	SAFs e Recuperação de Áreas Degradadas	Sistemas de Manejo Florestal	Sistemas de Manejo dos Recursos Aquáticos	Sistemas de Preservação Ambiental	Total
Amazônia Legal	37,84	23,43	9,36	2,95	73,58
Mata Atlântica	21,77	3,12	1,16	0,37	26,42
TOTAL	59,61	26,55	10,52	3,32	

Nesta primeira fase de implementação do PDA, ocorreu uma certa concentração de projetos em algumas regiões. A retomada das discussões no PPG7 e na SCA em torno da necessidade de implementação de ações de caráter demonstrativo e com abrangência regional aponta para a possibilidade de consolidação das experiências e processos já em curso no âmbito do PDA.

Percebe-se nestas concentrações uma forte presença dos segmentos produtivos rurais caracterizados como produtores familiares (pequenos agricultores, pescadores artesanais, extrativistas e agroextrativistas). As associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais representam de longe o maior volume de contratos efetivados com o PDA. Na Amazônia, pode se dizer que o PDA apoia as principais organizações econômicas da produção familiar rural, que por sua vez estão articuladas com as organizações de maior mobilização social em torno de mudança no enfoque de investimentos das políticas públicas regionais.

Várias dessas associações participam, de alguma forma, das mobilizações e proposições que vêm mudando gradativamente, ao longo dos últimos dez anos, o perfil das linhas de financiamento para a produção rural na Amazônia, lideradas pelas federações de trabalhadores na agricultura (FETAGRIS), o CNS e as entidades da Rede de ONGs GTA.

Observa-se que as interações entre os dois campos de experiências - o dos projetos demonstrativos e das organizações que interferem na política de crédito oficial ainda são pouco sistemáticas, as vezes dissociadas tanto em nível micro, das propriedades financiadas, como no plano geral, na formulação dos pleitos aos agentes financeiros.

A aproximação do PDA com agentes financeiros (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e BNDES) vem sendo operada desde 1998, sendo intensificada em 1999 e 2000, acompanhando a política adotada

pela atual gestão da Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA.

A concentração geográfica e temática de vários projetos na Amazônia tem fortalecido no interior do PDA a idéia do fortalecimento e da consolidação de redes regionais envolvendo projetos PDA e outros atores públicos e privados que atuam ou tenham interesse em atuar nestas regiões no sentido da conservação das florestas tropicais e do desenvolvimento sustentável. A avaliação que se tem disto é de que, em se investindo nesta perspectiva, se criariam as condições para a ampliação da capacidade demonstrativa dos projetos hoje em execução, bem como seu raio de influência nas políticas das regiões onde estão localizados. Esta tese se vê fortalecida principalmente se consideradas algumas características comuns nestas áreas de concentração de projetos:

1. A concentração de projetos numa região geográfica tem possibilitado o desenvolvimento de sinergias e estratégias comuns de atuação para ampliar a escala das ações. Além disto, a capacidade de articulação social e de captação de recursos financeiros demonstrada pelas entidades tem gerado o interesse do Poder Público local em participar dos processos em curso.
2. A participação dos executores de projetos PDA em instâncias de organização, fóruns e redes que discutem políticas de desenvolvimento para as regiões, e o compartilhamento de histórias e perspectivas de trabalho, têm possibilitado a formação de identidades coletivas orientadas para a implementação de estratégias comuns.
3. O grande número de dirigentes locais com experiência organizativa acumulada, com inserção em várias organizações e liderando as iniciativas de projetos comunitários.
4. O volume considerável de recursos investidos em equipamentos e bens de capital destinados a projetos de processamento e comercialização de produtos regionais (como por exemplo na Rede Frutos do Cerrado e em Marabá e entorno). No caso da Transamazônica, grande parte dos municípios têm organizações locais com instalações de pequenas agroindústrias financiadas por outras instituições, as quais merecem estudos para identificar e avaliar a capacidade produtiva e organizativa e a eficiência econômica.
5. A experimentação de tecnologias agroecológicas e metodologias participativas, introduzindo e disseminando princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável nas áreas de floresta.
6. A construção local do conceito de produção sustentável, originada da concepção e da experimentação realizada pelos projetos que buscam conciliar geração de renda com a conservação ambiental. Nestes contextos, a verticalização da produção vem sendo percebida como uma estratégia importante e imprescindível para a valorização econômica e sustentabilidade social dos segmentos da produção familiar rural.

REGIÕES NA AMAZÔNIA LEGAL COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE PROJETOS E TIPO DE PRODUÇÃO

Regiões	No. de Municípios	Itens Financiados	Produtos
Marabá e entorno (PA)	8	Estruturas de beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, implantação de unidades agroflorestais demonstrativas.	polpa de frutas
Rede Frutos do Cerrado (MA e TO)	13	Estruturas de beneficiamento e comercialização de produtos extrativos do Cerrado e implantação de unidades agroflorestais de regeneração do Cerrado.	polpas de frutas
Transamazônica e Baixo Rio Xingu (PA)	6	Produção de mel, óleos, manejo florestal comunitário e implantação de unidades agroflorestais	mel, óleos, palmito e pescado
Eixo da BR-364 (RO)	7	Estruturas de beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, implantação de unidades agroflorestais demonstrativas.	mel, palmito de pupunha, doces e outros derivados de frutas, polpas
Purus (AM)	1	Estruturas de beneficiamento e comercialização de óleos.	óleos, castanha e frutas desidratadas
Baixo Amazonas (PA)	4	Capacitação, introdução de práticas agroflorestais, agroindustrialização de frutas, manejo de recursos aquáticos, recuperação de várzeas.	fibras vegetais, pescado, frutos, artesanato
Acre	7	Capacitação, introdução de práticas agroflorestais, manejo florestal, piscicultura, etc.	pescado, mel, óleos, sementes, castanha, seringa, fibras
Sul do Amapá (AP)	2	Estruturas de beneficiamento e comercialização.	castanha

A estratégia de atuação nestas regiões vem facilitando a articulação do PDA com o SPRN/PPG7, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o Banco da Amazônia, Universidades e governos estaduais, e com entidades de assessoria e pesquisa como, por exemplo, o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social) e a EMBRAPA.

No ano de 2000, a ST do PDA participou e promoveu reuniões na Transamazônica (PA) e em João Lisboa (MA) com representantes dos projetos e técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para discutir formas de investimentos nessas regiões. Ao mesmo tempo, ela vem dando prioridade às oficinas de capacitação técnica e empresarial.

Na Transamazônica, o BNDES é um dos principais agentes financiadores do "Projeto de Consolidação de Fronteira Agrícola em Áreas de Colonização e Reforma Agrária". O Projeto propõe a consolidação das experiências do PDA na região e principalmente novas formas de ocupação das áreas de fronteira, privilegiando a agricultura familiar como atividade econômica, social e ambientalmente sustentável. A versão final do Projeto foi apresentada em reunião realizada em agosto passado, e que contou com a participação das entidades proponentes: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Norte (Arcafar-Norte) e Central de Comercialização em Apoio a Agricultura Familiar na Transamazônica e Xingu (Cecaf). Também participaram da reunião o Banco da Amazônia S/A (Basa), a Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Comissão do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), entre outras. No campo da capacitação, a estratégia estará centrada nas Escolas da Família Rural da região, que contarão com o apoio do BNDES e do Governo do Estado do Pará.

Considerando as prioridades da Secretaria de Coordenação da Amazônia para 2001, às quais têm por objetivo geral “promover a compatibilização do desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia, coibindo o desmatamento ilegal e fomentando alternativas econômicas ao desflorestamento na região, com a geração de emprego e renda para a sua população”, a ST do PDA avalia que as experiências apoiadas e as áreas de concentração que se formaram podem servir como ponta de lança para investimentos mais substanciais.

2. O MONITORAMENTO DOS SUBPROJETOS

Em 2000 foram realizadas pela ST vinte visitas de monitoria e avaliação (M&A) a projetos e sete visitas de campo destinadas a recolher subsídios para o julgamento de pedidos de “refinanciamento”. Além disto, como parte do processo de (auto)avaliação que a ST promoveu do PDA com o apoio do Banco Mundial e da GTZ no final do mês de maio, foram visitados mais vinte e nove projetos. No total, foram realizadas 56 visitas a projetos ao longo do ano de 2000.

Para o ano de 2001 a ST pretende priorizar a capacitação das entidades no auto-monitoramento, almejando com isto fortalecer a capacidade gerencial dos executores de projeto PDA bem como a qualidade das informações por eles geradas.

Nos últimos três meses do ano foi promovido pela ST uma sistematização dos dados disponíveis nos seus arquivos envolvendo 120 projetos. Nesta sistematização foram analisados os relatórios de monitoria, os relatórios semestrais de implementação elaborados pelos executores, e outros documentos resultado de estudos e avaliações de desempenho dos subprojetos. Este trabalho foi realizado por intermédio de uma parceria envolvendo técnicos do PDA, do AMA e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Este trabalho foi consolidado em um banco de dados informatizado com capacidade de atualização e incorporação de novas variáveis. Um dos resultados desta sistematização foi a percepção da necessidade de aprimoramento dos instrumentos utilizados para o registro do andamento e dos resultados dos subprojetos, tanto os utilizados pela ST quanto aqueles elaborados pelos subprojetos semestralmente.

Com base nos resultados obtidos nesta sistematização, foi elaborado e encaminhado aos executores de projeto um questionário complementar visando coletar e atualizar informações. Até a fechamento deste Relatório Anual, praticamente 30% dos executores haviam respondido e encaminhado o questionário para a ST.

2.1. Os Principais Resultados das Monitorias Realizadas

Os subprojetos visitados em 2000 realizaram em média 75% das atividades planejadas. As falhas no planejamento e, em alguns casos, a baixa capacidade gerencial e administrativa instalada continuam sendo os principais fatores limitantes ao desempenho. A partir desta constatação, a ST do PDA em 2001 deverá dar um enfoque mais amplo para os cursos de “capacitação inicial”, que estavam muito centrados nos procedimentos administrativos ligados ao gerenciamento financeiro dos projetos PDA. A ênfase será no fortalecimento da capacidade de gerenciamento de projetos, nos diferentes aspectos envolvidos.

O desempenho dos subprojetos com enfoque econômico revela um leque amplo de problemas e estrangulamentos que projetos desta natureza enfrentam, especialmente na Região Amazônica. A falta de experiência e de uma capacidade prévia das pessoas e entidades em beneficiamento e comercialização da produção agroextrativista, e falhas nos estudos e nas estratégias de mercado são os mais recorrentes. Outro fator limitante do desempenho de alguns subprojetos que envolvem o beneficiamento de recursos naturais é o atendimento insuficiente das normas técnicas exigidas pelas autoridades sanitárias para licenciar e habilitar as unidades de beneficiamento. Isto tem criado dificuldades para a inserção dos projetos nos mercados regional e nacional, e na obtenção de melhores preços por meio da agregação de valor às matérias primas produzidas pelas comunidades envolvidas.

A par disto, a ST esta estabelecendo uma parceria com o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social) e com o GTNA (Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia) visando desenvolver ações destinadas ao fortalecimento da capacidade gerencial e empreendedora de executores de projetos PDA.

Para as propostas que incluem a transformação/beneficiamento de produção agroflorestal, a Secretaria Técnica passou a ser mais exigente no atendimento das normas e técnicas requeridas pelos diversos órgãos sanitários e de fiscalização, tanto a nível da matéria prima, quanto dos processos de transformação e das instalações. No caso dos estabelecimentos para beneficiamento de frutas, por exemplo, está sendo solicitado parecer técnico da Secretaria Municipal de Saúde, órgão responsável pela vigilância sanitária em nível local, tanto sobre a planta baixa (no caso de construção) quanto do estabelecimento (quando já construído).

Os subprojetos executados pela Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru/AP (n. 287), pela Cooperativa Mista de Extrativismo Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari/AP (n. 318), pela Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque/AP (n. 261), pela Associação Rural Juinense Organizada para a Ajuda Mútua/MT (n. 45), pela Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas de Nova Ipixuna/PA (n. 13), pela Associação dos Produtores Alternativos/RO (n. 254), pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda/TO (n. 98), pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/MG e pela Associação Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro Mandira/SP (n. 379) são alguns exemplos positivos de subprojetos cujos proponentes atentaram para estes aspectos, constituindo-se no principal fator de sucesso dos resultados alcançados.

Na região de Mata Atlântica, a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí/SC (n. 18), o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Sul da Bahia/BA (n. 110) e o Serviço de

Assessoria a Organizações Populares Rurais/BA (n. 223) são três executores de subprojetos que vêm experimentando e desenvolvendo conhecimentos positivos sobre possibilidades de conciliar interesses econômicos com a preservação dos remanescentes de floresta de Mata Atlântica e de sua biodiversidade, o manejo sustentável de recursos naturais ainda disponíveis e a recuperação de áreas desmatadas e degradadas.

3. BALANÇO FINANCEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PDA

3.1. Demonstrativo dos Recursos Programados e Aplicado no Exercício de 2000⁵

- Montante de Recursos Financeiros Programado no Plano Operativo Anual: R\$ 9.359,68
- Montante de Recursos Financeiros Efetivamente Aplicado: R\$ 6.034,15

RESULTADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1. ST do PDA coordena e acompanha o processo de análise, julgamento e implementação dos subprojetos.	R\$	8.197,07	5.481,85	66,87
2. Entidades capacitadas para o desenvolvimento de subprojetos.	R\$	101,92	45,19	44,33
3. Redes de ONGs (RMA e GTA) trabalham integradas com a ST na gestão do PDA.	R\$	12,74	11,32	89,08
4. Experiências demonstrativas são disseminadas (processos, resultados e lições).	R\$	129,94	88,81	68,34
5. Subprograma desenvolve ações integradas com instituições, programas e projetos afins e complementares.	R\$	17,48	15,64	89,47
6. Componente PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas em condições de implementação.	R\$	900,53	391,34	43,45
TOTAL		9.359,68	6.034,15	64,47

3.2. Descrição das Atividades Implementadas por Resultado

3.2.1. Secretaria Técnica do PDA coordena e acompanha o processo de análise, julgamento e implementação dos subprojetos. Neste item está incluído:

- manutenção da equipe técnica e administrativa da Secretaria Técnica (ST);
- manutenção e aquisição de equipamentos e material de consumo. Foram adquiridos 3 (três)

computadores e 1 (uma) impressora;

- 23 missões de monitoria e avaliação;
- 03 reuniões de trabalho envolvendo membros da Comissão Executiva;
- acionamento dos consultores *ad hoc* do Grupo de Análise de Subprojetos, responsáveis pela análise em profundidade e parecer conclusivo sobre as propostas de apoio encaminhadas a ST do PDA;
- assessoria complementar aos subprojetos em execução disponibilizada pela ST a partir do acionamento dos consultores do GAPEP, um grupo de consultores constituído pela ST com esta finalidade. O trabalho foi desenvolvido na Região de Marabá/PA, envolvendo 8 (oito) subprojetos;
- criação de uma base de dados contendo informações relevantes para o acompanhamento da execução dos subprojetos. Esta base de dados foi alimentada com as informações disponíveis na ST (relatórios semestrais dos subprojetos e relatórios das monitorias realizadas ou promovidas pela ST ao longo dos últimos quatro anos) e complementares solicitadas ao longo da preparação a alimentação do sistema. Este trabalho foi realizado em parceria com o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB);
- Repasse de recursos para os subprojetos (doação) destinado a execução das atividades previstas para o ano de 2000 (US\$ 1,317.701).

3.2.2. Entidades capacitadas para o desenvolvimento de projetos. Neste item está incluído:

- duas oficinas de capacitação dos executores de subprojeto sobre regras e procedimentos relacionados com o acompanhamento, registro, avaliação e prestação de contas dos recursos financeiros repassados e das atividades realizadas e resultados alcançadas;
- uma oficina de avaliação da implementação de cinco anos de PDA, que contou com a presença de representantes de 85 subprojetos, doadores, redes de ONGs. Na ocasião foram discutidos os desafios e soluções encontrados pelos subprojetos na execução e possibilidades de aprimoramento do mecanismo PDA;
- uma cartilha sobre gerenciamento de projetos que incluem a comercialização de produtos florestais. Esta cartilha foi distribuída para o conjunto dos executores de subprojetos PDA e outros interessados.

3.2.3. Redes de ONGs (RMA e GTA) trabalham integradas com a ST na gestão do PDA. Neste item está incluído:

- o apoio a realização de oficinas de avaliação do trabalho realizado pelas Redes GTA e RMA no âmbito do PDA e demais componentes do PPG7.

3.2.4. Experiências demonstrativas são disseminadas (processos, resultados e lições). Neste item está incluído:

- participação de técnicos da ST e de entidades executoras de subprojetos em reuniões técnicas e de

⁵ Os valores indicados neste item seguem a seguinte convenção: 1,00 = R\$ 1.000,00

discussão de temas relacionados com proteção, recuperação e manejo de recursos naturais, com a participação de população tradicionais e pequenos produtores nestes processos, e com elaboração/gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas com a Amazônia Legal e a Mata Atlântica e ecossistemas associados (ex.: o Congresso sobre Sistemas Agroflorestais realizado em novembro em Manaus);

- produção e distribuição de um vídeo sobre o PDA e o PPG7 (resultados e lições principais);
- produção e distribuição de dois números do boletim informativo do PDA;
- preparação de uma publicação com os principais resultados da oficina de avaliação dos cinco anos de implementação do PDA, a ser finalizada em janeiro de 2001 e distribuída oficialmente na Reunião dos Participantes do PPG7 em maio próximo;
- Preparação de estudos estratégicos para o PDA e para o Programa Piloto.

3.2.5. Subprograma desenvolve ações integradas com instituições, programas e projetos afins e complementares. Neste item está incluído:

- Reuniões de articulação e fortalecimento da articulação de conjuntos de subprojetos afins localizados no sul do Maranhão e nordeste de Tocantins (Rede Frutos do Cerrado), na região de Altamira/PA (Transamazônica) e na região de Marabá/PA. Além dos subprojetos, foram envolvidos outros componentes do PPG7 (SPRN) e da Secretaria de Coordenação da Amazônia, agentes financeiros (Banco do Brasil, BASA e BNDES), agências de assistência técnica governamental e não-governamental, o INCRA, outras entidades não-governamentais e movimentos sociais que atuam nestas regiões, agências de cooperação internacional, etc. As atividades de fomento destes três “polos de desenvolvimento sustentável”, como foram chamados, terão continuidade neste ano de 2001 por intermédio da elaboração de estudos envolvendo aspectos sociais-econômicos e ambientais e a elaboração de planos de negócios específicos.

3.2.6. Componente Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas em condições de implementação. Neste item está incluído:

- contratação de um técnico responsável pelo desenvolvimento das atividades;
- preparação dos instrumentos a serem utilizados na fase de implementação (manuais, formulários, folhetos de divulgação);
- realização de seis oficinas de divulgação do PDPI e coleta de subsídios junto a representantes de organizações indígenas na Amazônia Legal.

4. SITUAÇÃO DO PROJETO PNUD BRA/93/044

Durante o primeiro semestre foi elaborada e aprovada a proposta de Revisão Substantiva “J” do

Documento de Projeto do PDA junto ao PNUD. Dentre os principais resultados desta revisão estão (i) a prorrogação do término do Projeto para 30 de junho de 2002 e a inclusão de um novo produto, o de número 4, que inclui as atividades necessárias para o início da implementação do componente PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas.

No segundo semestre foi realizada a Revisão "K", que promoveu ajustes no documento da revisão Substantiva, em especial o item 10 – "Obrigações e Pré-Requisitos" e Anexo, que apresentavam algumas falhas e inconsistências de redação, identificados pelo Banco Mundial.

No período de 11 a 15 de setembro foi realizada a missão de supervisão do PDA, promovida pelo Banco Mundial. Dentre os compromissos mais fundamentais para o Subprograma e sua continuidade estão: (i) a intensificação dos trabalhos de sistematização e análise das informações disponíveis dos subprojetos e do seu impacto, objetivando apreender, consolidar e disseminar lições; (ii) a realização de estudos sobre assuntos técnicos específicos, principalmente sobre iniciativas voltadas para a geração de renda; (iii) a elaboração e implementação de um plano de trabalho para preparar uma proposta de continuidade do PDA, visando o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis e a captação de novos recursos.

5. AS REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA

- **15ª Reunião**
Realizada em fevereiro de 2000, em Brasília/ DF.
- **16ª Reunião**
Realizada em junho de 2000, em Brasília/ DF.
- **Reunião Extraordinária**
Realizada em agosto de 2000, em Brasília/ DF.

6. AS REUNIÕES DE PLANEJAMENTO

No ano de 2000 o PDA realizou duas oficinas de planejamento, que contou com a participação da totalidade dos membros da ST, de representantes dos doadores e do Banco Mundial e de membros das Redes GTA e RMA:

- a primeira ocorreu entre 7 e 9 de fevereiro (Pirenópolis, GO)
- a segunda entre 4 e 5 de outubro (Brasília, DF).

O PDPI realizou sua primeira oficina de planejamento em 25 de outubro de 2000. Além de membros da ST do PDA e da equipe do PDPI, estiveram presentes representantes da Coordenação das Organizações

Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e GTZ.

7. DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE RESULTADOS

Além da divulgação institucional do Subprograma, privilegiou-se neste ano de 2000 a realização de avaliações compartilhadas envolvendo a ST, os executores de subprojeto, os doadores e os demais parceiros do PDA. Também foi dada uma grande ênfase a capacitação gerencial dos executores de subprojeto e sua articulação em redes regionais.

7.1. Participação em Eventos

O PDA participou dos seguintes principais eventos em 2000:

- | | |
|------------------|--|
| Janeiro | Seminário de Planejamento do SPRN (Pirenópolis, GO). |
| Fevereiro | Reunião de Planejamento da Fundação "Viver, produzir e Preservar" na região da Transamazônica e Baixo Xingu (Altamira, PA). |
| Março | Seminário sobre o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e Seqüestro de Carbono (Belém, PA).

Reunião Estadual da Rede Mata Atlântica - RMA (São Paulo, SP).

Reunião com 40 Secretários Municipais de Meio Ambiente de municípios de Santa Catarina.

Reunião com representantes do Órgão Estadual de Meio Ambiente, Prefeituras, ONGs e Cooperativas do Rio Grande do Sul (Pelotas, PA). |
| Abril | Reunião da Missão de Avaliação de Meio-Termo do PPG7 (Belém, PA).

Reunião da Missão de Avaliação de Meio-Termo do PPG7 (Palmas, TO).

Reunião da Missão de Avaliação de Meio-Termo do PPG7 (Boa Vista, RR).

Encontro Regional da Rede Mata Atlântica (Recife, PE).

1ª Semana Desenvolvimento: Difusão de Tecnologias, Intercâmbios e Elaboração de Projetos (Belém, PA).

Seminário para Nivelamento de Informações e Planejamento Operacional para 2000 do PPG7 (Pirenópolis, GO). |
| Maiο | Encontro Nacional da Rede Mata Atlântica (Campo Grande, MS).

1º Seminário Temático do Projeto Brasil Sustentável e Democrático na Amazônia (Belém, PA).

Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável para as Comunidades de Pescadores e Extrativistas das Ilhas de Abaetetuba (Abaetetuba, PA).

Reunião da Missão de Avaliação de Meio-Termo do PPG7 (São Luís, MA).

Visita da Ministra da Cooperação Alemã. |
| Junho | Encontro sobre "Meio Ambiente & Desenvolvimento Sustentado", promovido pela ASHOKA (Nazaré Paulista, SP).

Encontro do GTA (Belém, PA).

Acompanhar reunião entre técnicos do BNDES e representantes de subprojetos PDA na região da |

	Transamazônica (Altamira, PA).
Julho	Reunião do Subprograma Mata Atlântica do PPG7 (São Paulo, SP).
Agosto	Reunião envolvendo os subprojetos PDA na Região de Marabá (PA), visando a consolidação do "Polo Regional" e o início do Plano de Capacitação Técnica e Gerencial (Marabá, PA). Reunião sobre o Projeto "Consolidação da produção Familiar Rural e Contenção dos Desmatamentos na Região Transamazônica e Baixo Xingu" (Altamira, PA).
Setembro	Reunião sobre Cooperação Técnica, Financeira e Científica Bilateral Brasil- Alemanha (Belém, PA).
Novembro	XII Congresso nacional e III Simpósio Nacional de Secretariado (São Paulo, SP).
Dezembro	III Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (Manaus, AM).

7.2. Promoção de Eventos

O PDA promoveu dos seguintes eventos em 2000:

Janeiro	Seminário de apresentação da metodologia CEFE (Imperatriz, MA).
Fevereiro	Reunião de avaliação técnica na SECTAM sobre possibilidades de parceria com o PDA (Belém, PA). 15ª Reunião da Comissão Executiva do PDA.
Março	Visita técnica aos subprojetos apoiados pelo PDA na Região de Marabá juntamente com um técnico do Serviço de Inspeção Vegetal do Ministério da Agricultura para avaliação e orientação sobre adequação das unidades de beneficiamento de frutas para regularização (Marabá, PA). Reunião de articulação com entidades da Região de Marabá com vistas aos estudos de visibilidade econômica e definição de estratégia de comercialização a serem apoiados pelo PDA e SPRN.
Maiο	Reunião com as instituições públicas e comunidades envolvidas no Projeto Curauá (Santarém, PA). Oficina de Capacitação Inicial de Subprojetos PDA (Manaus, AM). Seminário de Avaliação "Projetos Demonstrativos Sustentável nas Florestas Tropicais – 5 Anos de PDA" (Brasília, DF). Oficina sobre metodologia CEFE "Viabilidade Econômica, Gerenciamento Básico e Pesquisa de Mercado", organizado em parceria com o MPST e CECAF (Altamira, PA).
Junho	16ª Reunião da Comissão Executiva do PDA (Brasília, DF).
Julho	Treinamento de capacitação de técnicos da Rede Frutos do Cerrado e parceiros em DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), em parceria com a GTZ (Imperatriz, MA).
Agosto	Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão Executiva do PDA destinado a discussão e elaboração de propostas para a 2ª fase do PDA.
Dezembro	Oficina de Capacitação Inicial de Subprojetos PDA (Belém, PA).

7.3. Publicações

Os seguintes materiais foram produzidos em 2000.

- **Boletim "PDA Informa"** - com duas edições, sendo uma especial para a reunião de avaliação do PDA em maio.

- **"Como Planejar Pequenos Projetos Econômicos Sustentáveis"** - cartilha didática voltada para pequenos produtores agroextrativistas da Amazônia e Mata Atlântica.

8. O COMPONENTE "PROJETOS DEMONSTRATIVOS DOS POVOS INDÍGENAS"

No ano de 2000 foi dado continuidade ao processo de preparação do PDPI - Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas. Segue abaixo uma breve descrição da situação das atividades e dos resultados previstos dentro da Assistência Técnica do PHRD Trust Fund⁶:

Realizar oficinas de divulgação e planejamento do PDPI com as organizações indígenas:

Foram realizadas dez (10) oficinas: Manaus (AM), Boa Vista (RR), Benjamin Constant (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Lábrea (AM), Ji-Paraná (RO), Rio Branco (AC), Macapá (AP), Barra do Garças (MT) e Cuiabá (MT). Estão programadas ainda a realização de oficinas em Palmas (TO), Carolina (MA), Tefé (AM), Belém (PA), Canarana/MT (Parque Indígena do Xingu) e Barra do Corda (MA).

Elaborar o Manual de Operações e o Formulário para apresentação de subprojetos:

No último dia 30 de janeiro foi realizada na sede do Banco Mundial em Brasília uma reunião com os atores participantes do PDPI para apresentação e avaliação da versão final dos documentos. Após a reunião foi elaborada uma Ajuda Memória, que foi encaminhada aos participantes acompanhada do Manual e Formulário revisados. Principais decisões:

- Acordou-se que a moeda padrão a ser utilizada pelo PDPI é o REAL (R\$). O REAL será adotado para fixar os tetos de projetos, na elaboração dos contratos entre o Banco do Brasil e os Beneficiários de projetos e nos orçamentos dos projetos apresentados ao PDPI.
- Foram fixados os seguintes tetos:
 - (a) Pequenos Projetos – até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
 - (b) Grandes Projetos – acima de R\$ 45.000,00 até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
- Acordou-se os seguintes limites para a contrapartida:
 - (a) Pequenos Projetos – mínimo de 10% e máximo de 100% do valor solicitado ao PDPI.
 - (b) Grandes Projetos – mínimo de 20% e máximo de 100% do valor solicitado ao PDPI.
- Acordou-se que a contrapartida em dinheiro deverá ser considerada apenas em projetos econômicos de valor superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) que incluam o processamento semi-industrial e/ou comercialização de produtos.
- Em função das lições aprendidas do PDA, acordou-se que o Formulário do PDPI deve incluir uma página com perguntas diretas sobre questões importantes relacionadas a mercado: distâncias, preços, meios de transporte, condições de produção, tipos de produtos a serem produzidos ou comercializados, etc.
- Considerando as distâncias entre algumas aldeias e a agência mais próxima do Banco do Brasil,

⁶ O prazo de aplicação dos recursos encerra em 30 de junho de 2001.

agravadas pelas deficiências de meios de transporte, concordou-se que a Unidade de Gerenciamento do PDPI poderá, excepcionalmente, autorizar a entrega bimensal das prestações de contas.

Mapear as organizações indígenas na Amazônia Legal e estruturar um banco de dados: No último dia 02 de fevereiro foi entregue pelo consultor contatado o Banco de Dados sobre as Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, com diversos módulos de informação, criado em plataforma Microsoft Windows e gerenciados Microsoft Access. Este banco de dados, disponível para consulta ao material coletado em trabalho de campo pela equipe de pesquisadores indígenas recrutados pela COIAB, incorpora um sistema de atualização de registro de fluxo contínuo.

Selecionar dois profissionais para a equipe do PDPI, um para a área administrativa e um para a área técnica: Os profissionais estão trabalhando desde novembro de 2000 graças a GTZ/PDA, que viabilizou, em caráter excepcional, a contratação até que se viabilize a efetivação dos contratos via BRA/93/044 (resultado 4). As atuais diretrizes do MMA impedem a contratação dos referidos profissionais.

Elaboração do Manual do Parecerista: A elaboração do Manual do Parecerista do GAP (Grupo de Análise de Projetos), com as instruções sobre como proceder na análise das propostas submetidas ao PDPI, depende da aprovação final do Manual de Instruções e do Formulário do PDPI. A equipe do PDPI está analisando o Manual do Parecerista utilizado pelo PDA, verificando sua aplicação no caso do PDPI e ajustes necessários.

Organizar um banco de consultores - profissionais e instituições - para compor o Grupo de Análise de Projetos (GAP) e o Grupo de Apoio à Preparação e Execução de Projetos (GAPEP) do PDPI: Está sendo feita uma análise do banco de consultores do PDA com vistas a identificar profissionais qualificados. Também foi solicitado ao PPTAL a disponibilização de seu Banco de consultores.

Elaborar o Documento de Projeto PNUD para viabilizar a implementação do PDPI: No último dia 2 de fevereiro foi encaminhado ao Banco Mundial para “não objeção” o Termo de Referência (TOR) para contratação de consultoria. Paralelamente, foram feitos contatos preliminares com a ABC com vistas a iniciar o processo oficial de apresentação de intenções, elaboração e avaliação da proposta de documento de projeto.

Acompanhar e apoiar o processo de elaboração do componente “Fortalecimento Institucional” do PDPI com o DfID: Em meados de janeiro foi distribuída uma primeira versão do documento para leitura e críticas. Esta previsto para 23 de fevereiro próximo uma reunião na sede do DfID para discutir conjuntamente a versão preliminar. Da reunião participarão doadores e parceiros do PDPI: SCA/MMA, PDA, PPTAL/FUNAI, COIAB, GTA, KfW, DfID, Banco Mundial e GTZ.

Estabelecer acordo com o IBAMA em Manaus/AM com vistas a acomodar a estrutura da UG do PDPI a partir de julho deste ano (2001): Foi realizada uma reunião do PDA e PDPI com a Presidente do IBAMA, Dra. Marília Marreco. Na ocasião ela se mostrou favorável a instalação da Unidade Gestora na sede do Instituto em Manaus.

Além disto, a equipe do PDPI vem acompanhando e apoiando o processo de internalização dos recursos de doação da Alemanha (KfW) destinados aos projetos indígenas e a liberação dos recursos financeiros da contrapartida nacional destinados à manutenção da Unidade Gestora (UG) do PDPI em Manaus.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com seu início em 1995 o Subprograma de Projetos Demonstrativos é um dos componentes do PPG-7 com mais tempo de implementação. Os 173 Projetos aprovados, dos quais 87 já finalizados, oferecem uma base importante de experiências e realizações. Nada mais justo, após este tempo, do que fazer um balanço, sistematizar os primeiros resultados e rediscutir os rumos do Subprograma.

No ano 2000 o PDA fez um grande esforço para avaliar os primeiros cinco anos da sua vida. Os 29 projetos finalizados ou em fase de finalização foram visitados e avaliados. Num encontro do qual participaram, os executores dos projetos, as redes de ONGs, outros participantes do PPG-7 e órgãos do Governo Brasileiro discutiram-se os relatórios, as experiências, os acertos e as debilidades identificados. Os resultados deste balanço foram organizados numa publicação abrangente: "PDA 5 Anos – Uma Trajetória Pioneira", que em conjunto com a Avaliação do Meio Termo do PDA, os estudos da FAO, os resultados das Oficinas de Intercâmbio realizadas em 1998 e a Revisão de Meio Termo do PPG-7, tem-se uma boa base para visualizar a síntese das experiências do PDA e pensar o futuro do Subprograma.

Na verdade, os primeiros anos do Subprograma estão marcados pelo esforço de viabilizar os projetos. Estabelecer as regras do jogo, formar as instâncias do Subprograma, avaliar as primeiras propostas, rever os formulários e o manual, estabelecer um sistema de monitoramento, superar juntos com os executores as inevitáveis inseguranças e falhas iniciais exigiram grande esforço da pequena equipe da Secretária Técnica. E não podemos esquecer que todo este processo não foi uma implementação burocrática, mas um exercício em participação e gestão compartilhada.

Em grande parte, as forças do PDA se concentraram nestas tarefas necessárias para dar início aos projetos. Antes de selecionar exemplos bem sucedidos, sistematizar resultados concretos e disseminar propostas, foi necessário fazer os projetos funcionarem, e assim, possibilitar as inúmeras experiências que, no futuro, podem desenvolver o seu potencial demonstrativo. Esta observação é importante para evitar cobranças extemporâneas ao Subprograma. Ao mesmo tempo há consciência de que o PDA só cumpriu uma parte da sua missão e que deveríamos iniciar uma segunda etapa em que a consolidação dos projetos promissores, a sistematização de resultados concretos e a proliferação de

experiências de sucesso serão o ponto principal de atuação.

Resumidamente, apresentam-se a seguir, os principais resultados da primeira etapa do PDA e as perspectivas de trabalho para os próximos anos.

1) Principais lições de cinco anos de PDA:

- **Na Amazônia e na Mata Atlântica há uma demanda para projetos do tipo PDA.** Hoje, essa constatação parece quase banal. Mas vale a pena lembrar que na fase da elaboração do PDA houve muitas dúvidas a este respeito. O grande número de projetos que passaram por um processo cauteloso e criterioso de seleção mostra que a idéia básica do PDA encontrou as ansiedades e potencialidades de comunidades e ONGs das regiões do Subprograma. A diversidade de atores executores mostra um importante acerto do PDA: não houve concentração de projetos em poucas ONGs ou prefeituras, nem existem “projetos padrão” que foram meramente copiados. O PDA está financiando propostas que foram realmente elaboradas nas comunidades. Todas as avaliações indicam que este sucesso do PDA foi possível pelo processo participativo de planejamento e preparação do Subprograma.
- **As entidades que executam os projetos mostram que existe, ou foi construída a capacidade técnica para implementar projetos exigentes em termos de planejamento, controle financeiro e monitoramento.** O número mínimo de projetos com graves problemas de execução chama atenção. Este é também o resultado de um esforço da própria ST em qualificar os projetos durante o processo de execução. Neste sentido o PDA contribui também para qualificar as organizações de base.
- **Os projetos conseguem fortalecer as entidades de base.** Essa observação é uma unanimidade em todas as avaliações. De novo, houve muitas preocupações no início do Subprograma de que o fluxo de dinheiro poderia contribuir para desestabilizar organizações de base ou comunidades. Com raras exceções, isso não aconteceu. Assim, o PDA conseguiu disseminar projetos de desenvolvimento sustentável, envolver novos atores e contribuir para a formação de uma “massa crítica” que luta pela preservação das florestas e desenvolve atividades econômicas tendo a floresta como a sua base de sustentação.
- **Mais da metade dos projetos está implementando Sistemas Agroflorestais (SAFs).** Assim, o PDA é a maior experiência com estes sistemas na Amazônia. As avaliações preliminares afirmam que os SAFs são viáveis e têm um potencial para diversificar e aumentar a renda de pequenos produtores, além de contribuir para a alimentação das famílias e a conservação das florestas. Apesar de alguns problemas com a mobilização de mão de obra, a grande maioria dos projetos consegue implementar os SAFs previstos. O impacto real destes projetos, porem, só pode ser avaliado quando os SAFs entram em plena produção, normalmente depois do tempo de financiamento pelo PDA. Há dentro e fora do contexto do PDA pesquisas indicando que sistemas diversificados de pequenos produtores aumentam a renda familiar e diminuem pressões sobre florestas primárias e secundárias.

Primeiros levantamentos também mostram que as variações de SAFs são quase infinitas. Não existem modelos copiáveis de SAFs, mas sim uma idéia básica, que deve ser adaptada às realidades locais, tanto sociais e culturais quanto ambientais e econômicas. Desse modo, os projetos mostram uma realidade bem diferente dos projetos do FNO Especial, que financiou consórcios padronizados. Existem muitas experiências com SAFs também fora do PDA, mas o PDA criou, sem dúvida, a maior rede de projetos de SAFs. A sistematização precisa destas experiências e o intercâmbio sistemático somente estão começando.

- **Os projetos bem articulados têm maiores chances de sucesso e potencial para influenciar políticas públicas.** A participação do município é a situação ideal para um projeto, mas também parcerias com universidades e instituições como a Emater aumentam a chance de êxito. O fortalecimento destas parcerias é uma condição fundamental para consolidar as experiências do PDA. Enquanto muitos projetos conseguem costurar bem as parcerias, outros deveriam ter apoio neste sentido. Um resultado altamente positivo da avaliação de cinco anos foi a constatação de que a maioria dos projetos visitados tem potencial para influenciar políticas públicas e quase metade dos projetos apresentou algum impacto sobre as políticas públicas.
- **Projetos de preservação sem componente econômico foram somente desenvolvidos na região da Mata Atlântica.** Estes projetos conseguiram produzir um número relevante de mudas e recuperar áreas degradadas, mostrando localmente a importância da recuperação e preservação ambiental. Mas, o potencial demonstrativo, a disseminação e a sustentabilidade destes projetos dependem de um grau maior de participação da sociedade local e do comprometimento do poder público local e regional.
- **O fortalecimento das ONGs e movimentos sociais,** objetivo específico do PDA, foi alcançado, como destacam as avaliações, na medida em que a concepção do subprograma baseada participação das organizações desde o seu início e na avaliação criteriosa da capacidade de implementação das organizações da sociedade civil. Os projetos valorizam a iniciativa dos agricultores o que aumenta o seu comprometimento com a sua execução. A reduzida inadimplência técnica e financeira demonstram o acerto da estratégia adotada.
- **A concentração geográfica e temática de alguns projetos de agroindústrias configuram alternativas concretas de desenvolvimento regional sustentável.** Na Região Tocantina, a concentração de projetos de produção de polpa de frutas, apesar das dificuldades infra-estruturais e de recursos humanos, construiu alternativas de desenvolvimento econômico que avançaram graças a projetos apoiados pelo PDA que apostaram no resgate de frutas nativas. Numa região de fronteira agrícola onde as políticas públicas direcionaram os esforços para a disseminação de grandes empreendimentos agropecuários, o pequeno camponês encontrou nos frutos nativos um ingrediente a mais na sua dieta e na sua estratégia de geração de renda.
- Essa tendência tem reforçado a consciência da necessidade de conservação das áreas nativas e tem promovido a redução das queimadas.
- O mesmo fenômeno vem ocorrendo no eixo da BR-364 a na Transamazônica em relação às fábricas

de palmito, doces, mel, polpa de frutas e óleos. O sucesso dessas iniciativas pode representar a geração de um grande número de postos de trabalho e a dinamização da agricultura familiar, bem como da economia local. No entanto, para se consolidar os projetos necessitarão de articulação com os poderes públicos nos diversos níveis.

2) Principais pontos de estrangulamento:

- **Os projetos que trabalham na linha de beneficiamento e comercialização**, em muitos casos, não conseguiram alcançar a viabilidade econômica prevista. As causas são variadas, mas principalmente na Amazônia faltam experiência e qualificação dos executores e também das ONGs. Os PDAs representam hoje um grande berçário de iniciativas que precisam ser sistematizadas e consolidadas. Vários projetos, implementaram pequenas fábricas de produção de polpas de frutas, sendo que algumas das primeiras experiências fracassaram em termos de viabilidade econômica por deficiências na organização da produção do campo à fábrica, pela dificuldade de adequação às normas da vigilância sanitária e pela falta de infra-estrutura. No entanto, elas formaram e qualificaram executores que, em alguns casos, estão implementando uma segunda geração de unidades de beneficiamento, com grandes possibilidades de viabilidade. Nesta linha, vários projetos oferecem uma chance de continuar e melhorar o desempenho com um apoio adicional, que incorpora as lições dos projetos com problemas. Uma parceria com outros subprogramas, especialmente com o de *Negócios Sustentáveis*, pode transformar estas experiências pioneiras em empreendimentos rentáveis.
- **A falta de assistência técnica qualificada é o principal ponto de estrangulamento dos projetos.** Esta constatação aparece como consenso em todas as avaliações. Em muitos projetos não faltou apoio técnico mas um acompanhamento regular e qualificado, voltado para sanar problemas técnicos e gerências. Projetos exitosos combinam, normalmente, uma assistência local e permanente com parcerias mais amplas. As deficiências da AT aparecem tanto na área de produção, como na área de beneficiamento e comercialização.

Este breve resumo dos avanços e desafios indica os futuros rumos do PDA. É importante ressaltar, que todas as avaliações, também as mais críticas, sempre frisam a importância do PDA. Isso não é somente retórico. Na verdade existem nas florestas tropicais brasileiras muitos projetos em desenvolvimento. A busca de um desenvolvimento sustentável pelas comunidades não começou com o PDA. Mas o PDA representa a maior rede de Projetos, e assim uma chance única de sistematizar experiências e avançar através de acertos e falhas, sem repetir os mesmos erros em lugares diferentes. Especialmente na Amazônia, muitas iniciativas de base sofrem com um certo isolamento. O grande potencial, que só começou a ser trabalhado, é exatamente o de juntar estas experiências, integrá-las através de mecanismos de informação e intercâmbio e assim formar "massa crítica" e qualificar pessoas para assumir os desafios do desenvolvimento sustentável.

3) As principais linhas de trabalho propostas para, a partir de 2001, potencializar os investimentos realizados e os resultados alcançados pelo PDA no apoio à consolidação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável:

- Apoiar projetos consolidando a integração dos aspectos ambientais, sociais e econômicos.
- Consolidar os atuais e apoiar novos projetos de preservação das florestas tropicais que envolvam parcerias entre instituições da sociedade civil, poder público local ou estadual e a iniciativa privada.
- Sistematizar e disseminar o conhecimento produzido pelo PDA.
- Capacitar técnicos e produtores como agentes de difusão.
- Mobilização social em favor do desenvolvimento sustentável.
- Mecanismo para internalização de recursos de doações e apoio a projetos.

Brasília, 18 de fevereiro de 2001

ANEXO

Situação do Quadro de Aprovações em
05 de Março de 2001.